

CARÊNCIAS E INCOERÊNCIAS DA GRAMÁTICA

José Pereira da Silva (UERJ)

A gramaticologia moderna está embasada na tradição greco-romana, que utilizava a gramática no sentido básico de gramática normativa. E, por ser normativa, é tradicional e se faz com base na tradição e do respeito às autoridades (suas fontes teóricas).

É natural que a preocupação dos gramáticos greco-latinos era a descrição da língua com objetivos práticos ou pragmáticos, diferente do que faz a lingüística moderna, pois pretendia indicar, pedagógica e exemplarmente, as formas corretas da língua, abonadas com a autoridade dos escritores clássicos.

Como nos lembra Mattoso Câmara Jr. (1986: 10):

Numa sociedade estruturada de maneira complexa a linguagem de um dado grupo social reflete-se tão bem quanto suas outras formas de comportamento. Deste modo, essa linguagem vem a ser uma marca dessa *status* social.

As classes superiores dão-se conta desse fato e tentam preservar os traços lingüísticos pelos quais se opõem às classes inferiores. Tais traços são considerados *corretos* e passa a haver um esforço persistente para transmiti-los de geração a geração. Esta atitude cresce em intensidade à medida que o impacto das classes inferiores se torna cada vez maior. O estudo da linguagem surge a fim de conservar-se inalterada a linguagem *correta* das classes superiores em seu contacto com os outros modos de falar dentro dessa sociedade.

É este tipo de estudo que cria o que, tradicionalmente, chamamos de *gramática*. “Ele não possui gramática” significa que o falante em questão não dominou os traços lingüísticos mantidos pelas classes superiores como marca do seu *status*. O Estudo da linguagem, sob este ponto de vista, é um estudo sistemático desses traços.

Sem crítica rigorosa, a gramática latina traduziu ou decalcou a gramática grega, que já não era a descrição da língua do seu tempo, mas de uma língua idealizada pela norma (com base nos autores considerados exemplares).

É ainda no mesmo trabalho de Mattoso Câmara Jr. (*op. cit.*, p. 16) que encontramos a informação de que foram os estóicos os primeiros a preparar “um estudo sistemático da gramática, baseado em

Aristóteles”, estudo filosófico este que deixa evidente a importância “da língua escrita como estímulo ao estudo lingüístico”. (*op. cit.* p. 18) e que prevalece até o final do século XVIII.

A terminologia gramatical moderna relativa à acentuação, por exemplo, nada tem a ver com a realidade, visto que nossa língua não é tonal e, por isto, não tem tonicidade, nem acento tônico, nem sílabas átonas, tônicas, nem oxítonos, paroxítonos e proparoxítonos, assim como nossos acentos gráficos não deveriam ser chamados de agudos, graves nem circunflexos porque todos esses elementos estão ligados a tom e não a intensidade.

Mattoso Câmara Jr. (1986: 19) ainda lembra que

A gramática grega, com base na filosofia, ou melhor, na lógica, e seguindo uma nítida orientação do “certo e errado” (visando impor o dialeto ático), abrange a fonética com uma classificação dos sons da língua grega e do estudo do acento ao lado do estudo do vocábulo e da oração. (...) As primeiras investigações fonéticas na Grécia relacionavam-se à música e, no começo, aqueles que as realizavam eram chamados tanto de músicos como de gramáticos.

Ernesto Faria (1955: 123), condenando a incoerência terminológica na gramática latina, também nos lembra que

Os gramáticos latinos costumavam referir-se a três espécies de acento em latim: o acento agudo, o acento circunflexo, o acento grave. Nisto seguiam eles demasiado de perto as teorias dos gramáticos gregos. Na língua grega tais acentos existiam e eram freqüentemente grafados (especialmente pelos alexandrinos) para facilitar a leitura, isto em vista da relativa complexidade da acentuação grega. No latim, porém, como reconhece o próprio Juret (1921: 74), não havia necessidade de se empregarem tais sinais pela extrema simplicidade das regras de acentuação.

A acentuação gráfica da língua portuguesa, por exemplo, está baseada em princípios muito simples, mas as gramáticas confundem tudo, criando uma quantidade enorme de regras desnecessárias, o que, como se vê na citação acima, é uma herança maldita da tradição que se mantém desde o tempo dos romanos.

“Alugando” os alunos do curso de pós-graduação em Língua Portuguesa da Faculdade de Formação de Professores, conferimos um mil vocábulos em quatro pontos diferentes do *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de Caldas Aulete, e aplicamos a eles uma única e simples regra de acentuação gráfica, surpreenden-

do-nos a todos pelo excelente resultado: Não foi necessário apresentar nenhuma exceção.

Essa regra, que foi a base para a elaboração do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, não costuma ser levada em conta pelos organizadores de gramáticas normativas nem de manuais didáticos de ensino de Língua Portuguesa.

Em primeiro lugar, é evidente que a maioria absoluta das palavras da língua portuguesa é constituída de paroxítonos e que esses vocábulos terminam normalmente em -a(s), -o(s), -e(s), -em, -ens ou em -am.

Tais palavras, portanto, estando de acordo com o padrão da língua, não levam qualquer acento gráfico para caracterizar o destaque na pronúncia.

A regra, portanto, consiste em acentuar graficamente apenas as palavras que fogem a este padrão da língua e aqueles a que o acento gráfico tem outra função, sempre baseada na estatística.

Não se acentua graficamente	Logo, acentua-se
Paroxítono terminado em -a(s), -e(s), -o(s), -em, -ens.	Proparoxítono, porque é a minoria; Oxítono terminado em -a(s), -e(s), -o(s), -em, -ens (nenhum oxítono termina em -am); Paroxítono não terminado em -a(s), -e(s), -o(s), -em, -ens.

Todas as outras situações em que as palavras se acentuam graficamente se baseiam neste mesmo princípio.

Por exemplo: Somente três ditongos podem ser abertos ou fechados em português, tendo a maioria deles timbre fechado: ei/éi, eu/éu e oi/ói. Por isto, em qualquer posição da palavra em que se encontrem em sílabas tônicas, os abertos levam acento gráfico.

Outro exemplo: Os encontros vocálicos formados por vogal seguida de “i” ou “u” podem ser ditongo decrescente ou hiato, sendo a maioria constituída de ditongos. Por isto, estas letras levam acento gráfico quando forem tônicas.

Se desconsiderarmos os latinismos e a onomatopéia “tam-tam”, somente as formas verbais de terceira pessoa do plural termi-

nam em –am. Por isto, o ditongo final /-ãw/ é escrito com –ão somente quando for tônico ou quando for substantivo (Cf. variantes Estêvão / Estevam).

A expressão do gênero nos substantivos e nos adjetivos é uma confusão só; e somente os “papagaios” não perceberam que alguma coisa precisa ser corrigida.

Recentemente, dois livros foram publicados sobre o tema: *A questão do gênero* (SILVA, 2004), com capítulos de Joaquim Mattoso Câmara Jr., Ana Paula Araújo Silva, Dimar Silva de Deus, e *O gênero imanente do substantivo no português*, (BOTELHO, 2005).

QUESTÕES DE FLEXÃO E DE GÊNERO

Em geral, há uma grande dificuldade em distinguir tecnicamente a flexão da derivação, como se pode ver em BECHARA (1999: 341), pois

A flexão consiste fundamentalmente no morfema aditivo sufixal acrescentado ao radical, enquanto a derivação consiste no acréscimo ao radical de um sufixo lexical ou derivacional.: *casa* + *s*: *casas* (flexão de plural); *casa* + *inha*: *casinha* (derivação).

.....
No plano sintagmático, a flexão provoca o fenômeno da concordância: *móvel novo* → *móveis novos* em oposição a *a casa nova* → *a casinha nova*.

Ora, se mal se consegue distinguir flexão de derivação, o que levou a NGB a definir o grau como flexão, e se o conceito de gênero nas línguas românicas tem sido quase sempre confundido com o conceito de sexo, não seria óbvia uma definição adequada para essa categoria.

No parágrafo anterior àquele em que conclui que “não temos, no que se refere a processos lexicais, uma diferença propriamente entre uma Gramática do Português Falado e uma Gramática do Português Escrito” (BASÍLIO, 2002: 372), a Professora Margarida Basílio justifica o fato de haver deixado de lado anteriormente a flexão, com o seguinte argumento que define alguns de seus traços:

A razão para isso é que, dentre as inúmeras característica que sepa-

ram a flexão dos processos de formação lexical, ressaltam: (a) a flexão não forma produtos incorporados ao léxico; (b) a flexão se caracteriza por produtividade absoluta e, portanto, a produtividade não é uma questão em sistemas flexionais; e (c) o âmbito da flexão é o enunciado e não o léxico.

Mesmo entre os que são adeptos da descrição da categoria de gênero como sendo uma categoria marcada pela flexão, há uma generalizada lamentação quanto à dificuldade de fundamentação para os seus principais argumentos.

Eis, por exemplo, o que dizem Mário Vilela e Ingedore Villaça Koch em sua *Gramática da Língua Portuguesa*:

Mas vale mais desprezarmos o traço “animacidade” e partirmos para a distinção de **gênero gramatical** (...) que distribuí os nomes em duas classes: a classe dos masculinos e a dos femininos. A relação entre gênero natural e gênero gramatical não é, como vimos, muito clara. Nos seres vivos parece haver uma certa coincidência entre os dois gêneros (o natural e o gramatical), como se vê por *lobo-loba, boi-vaca, homem-mulher, bezerro-bezerra, cabra-bode*. Mas há demasiados contra-exemplos para permitirem a generalização (*criança, cobra, serpente, lombriga, tubarão, doninha, peixe, atum, baleia, perdiz, polvo*, etc.): isto é, a conexão entre os dois gêneros (natural e gramatical) não permite o estabelecimento de uma regra geral. (VILELA, [2001]:189)

A primeira parte do tópico 1.2.2. **Categorias do substantivo: gênero e número** do livro de Mário Vilela e Ingedore Villaça Koch, infelizmente, não consegue apesar de tentar corajosamente, contribuir para o sucesso da descrição da categoria de gênero dos substantivos (Cf. VILELA, [2001]: 188-192).

Claudio Cezar Henriques (HENRIQUES et al., 2003: 114), no tópico *Considerações sobre gênero, flexão e derivação*, chama a atenção para o fato de haver grande dificuldade em se caracterizarem com segurança os limites entre flexão e derivação, lembrando que

Se a crítica à NGB em relação à errônea inclusão do grau entre os processos de flexão é hoje aceita pela maioria dos gramáticos e linguistas, muito ainda resta a ser discutido sobre as variações de gênero. Antes de analisar se estas são mecanismos flexionais ou derivacionais em nossa língua, é preciso considerar as diferenças entre derivação e flexão.

Demonstrando, a seguir, que a percepção do fato não é nova, Claudio Cezar Henriques cita Mattoso Câmara (CAMARA JR, 1996: 81-2), que

...lembra que o gramático latino Varrão (116 aC-26 aC) já mostrava as distinções entre os processos de *derivatio voluntaria* e de *derivatio naturalis*¹. O primeiro, que se refere à derivação, enriquece o nosso léxico com a criação de novas palavras a partir do morfema lexical (*livr-eiro*, *livr-aria*). O segundo, referente à flexão, não dá origem a novas palavras e, sim, indica certas categorias gramaticais de acordo com a classe do léxico (nos verbos, por exemplo, modo, tempo e aspecto, número e pessoa).

Como já explicita a própria denominação dada pelo gramático latino, na derivação há possibilidades de escolha do falante. O usuário da língua tem a opção de usar ou não uma forma derivada e até mesmo de criar novas palavras utilizando os morfemas derivacionais. O emprego destes não obedece a uma sistematização obrigatória, pois as possibilidades de derivação não são iguais para uma mesma classe do léxico e o padrão seguido nas derivações existentes não é homogêneo. Assim exemplifica Câmara Jr. (1996:81):

Nem todos os verbos portugueses apresentam nomes deles derivados, e para as derivações existentes os processos são desconexos e variados. Por isso, temos *fala*, para *falar*, *consolação*, ao lado de *consolo*, para *consolar*, *juízo*, para *julgar*, e assim por diante.

A flexão é, em oposição à derivação, imposta pela natureza da frase e segue, obrigatoriamente, um paradigma coeso, com poucas variações. De acordo com a frase, deve-se empregar, por exemplo, o singular ou o plural e um determinado tempo verbal; e, ao lado de *falava*, há *consolava*, *juizava* etc. Um outro traço característico dos morfemas flexionais em nossa língua é a sua relação com a concordância (O- menino- brincava- / Os meninos brincavam.).

Antônio José Sandmann, em sua *Morfologia Geral*, tenta deixar bem claras as diferenças entre derivação e flexão, lembrando que as palavras se transformam, pela derivação, em unidades lexicais autônomas, o que não ocorre com a flexão.

Considerando que “a ordem de ocorrência e a possibilidade de cumulação são fatores que diferencia os morfemas derivacionais e os flexionais” (HENRIQUES, 2003: 115-6), os advérbios formados por meio do acréscimo do sufixo *-mente* nos trariam uma situação peculiar em relação à flexão do adjetivo feminino do qual estes derivam, pois, ao que me parece, ficaríamos com uma situação de mor-

¹ O Professor Amós Coêlho da Silva, em trabalho ainda inédito, chama a atenção para o fato de Mattoso Câmara ter transcrito a expressão *derivatio voluntaria* por *declinatio voluntária* e *derivatio naturalis* por *declinatio naturalis*, que são, de fato, as expressões de Varrão.

fema flexional à esquerda de um morfema derivacional. Por exemplo: em *lind + a + mente* e em *rápid + a + mente* teríamos radical + desinência de gênero feminino + sufixo formador de advérbio.

Ora, como é sabido, “as desinências ocupam sempre a posição mais externa à direita” (*op. cit.*: 116), além de poderem indicar mais de uma função, como ocorre com as desinências modotemporais e com as desinências número-pessoais dos verbos, principalmente. Mas isto é uma divagação, pois não trataremos aqui e agora do gênero dos adjetivos nem de sua formação.

Outro argumento contra a ocorrência da flexão de gênero nos substantivos está ligado ao aspecto sintático da concordância, como nos ensina em nota de pé de página o Professor Bechara, no tópico que trata da **estrutura interna do substantivo**. Afirmando que “O substantivo, fora da flexão, pode ser dotado da marca de gênero: *menino / menina, gato / gata*” (BECHARA, 1999: 117);, transcreve o seguinte longo parágrafo de Herculano de Carvalho:

Quanto a este ponto, a afirmação generalizada de que o substantivo tem flexão de gênero, aparentemente justificada pela existência de pares masculinos / femininos tais como *irmão / irmã, noivo / noiva, gato / gata*, que significam respectivamente o macho e a fêmea de uma dada espécie de ser animado (sexuado). Com efeito, é propriedade essencial da flexão o fato de que por esse processo variem as significações gramaticais de 2º grau (isto é, de gênero, número, tempo-aspecto, modo, pessoa, etc.) somadas, alternadamente, ao tema por meio dos morfemas próprios, sem que se altere a significação inerente da palavra semântica, que permanece a mesma em cada um dos membros do paradigma flexional. é isso que se dá com a variação de número *casa / casas* e, no adjetivo (prônimo, etc.) com a de gênero: na variação *alto / alta* não se altera a significação inerente do adjetivo, presente no seu tema *alt-*. Ora, o que se passa com *lobo / loba* é precisamente o contrário, porque o termo masculino e o termo feminino manifestam significações inerentes diversas, a saber, respectivamente, a de espécie macho e a de espécie fêmea do gênero (lógico) *lupus* (significado este também pelo masculino, na sua qualidade de termo não marcado da oposição). Quer dizer que se trata aqui, não de flexão, mas antes de derivação, como a que se observa em *barco / barca, saco / saca*, etc. (CARVALHO, 1983: 745-6)

O Professor Castelar de Carvalho, defendendo a posição oficial sobre o problema do gênero do substantivo como flexão, indicou-nos o livro *Morfologia Portuguesa*, do Professor José Lemos Monteiro (2002), que mais nos ajudou na confirmação de nossa hipótese, pois afirma, na página 79, referindo-se às categorias nomi-

nais de gênero e de número:

Observemos que nem todo nome ou pronome possui essas quatro subcategorias [de gênero masculino e feminino e de número singular e plural]. Estruturalmente, uma subcategoria sempre se opõe a outra. Ou seja, uma palavra só apresenta a marca do masculino se tiver um feminino correspondente. Não há plural sem singular e vice-versa.

E continua o Professor, dando o exemplo que nos ajudou, visto que não se pode falar de flexão quando a nova forma significa (no mundo exterior) outra coisa diferente da que supostamente sofreu mera flexão:

Os masculinos **saco, ele, doutor, ateu** e **espanhol** estão marcados pela desinência zero (Ø) que se opõe ao morfê [a] dos femininos **saca, ela, doutora, atéia** e **espanhola**.

Está evidente que o autor se enganou porque **saca** não é uma flexão de **saco**, mas um tipo diferente de embalagem, assim como **cavala** não é o feminino de **cavalo**, **pasta** não é o feminino de **pasto** e **casa** não é feminino de **caso**, como ensina, corretamente, na página 80:

De modo análogo, em **máquina, caneta, criatura** e **sacola**, o [a] final não constitui desinência de gênero, mas vogal temática. Será erro considerar o morfê zero como traço desinencial opositivo do gênero das palavras citadas. O zero deve ser usado sempre na ausência de morfê, jamais na inexistência de morfema.

Com relação a formas do tipo **cavalo, pasta, casa** e **carteira**, também não se fala em desinência de gênero, embora haja as formas **cavala, pasto, caso** e **carteiro**. É que falta a correspondência semântica, fundamental na caracterização do gênero.

Na verdade, para esclarecer grande parte do que discutiremos a seguir, é indispensável distinguir flexão de derivação, o que poderemos fazer, levando em consideração também as palavras de José Carlos Azeredo (2000: 82):

A derivação é um processo que dá origem a novos **lexemas** – ou **palavras** [...], enquanto a flexão produz variações da forma de um lexema, dando origem ao que chamamos **vocábulos morfossintáticos**.

O dicionário registra os lexemas, e não os vocábulos morfossintáti-

cos, porque estes são formas flexionadas.²

Mais adiante, no parágrafo 219 o Professor José Carlos Azevedo (2000: 110-1) dá as seguintes razões que nos esclarecem sobre a distinção entre flexão e derivação, considerando a marcação de gênero de substantivo como uma derivação:

- o conceito de flexão é incompatível com a quantidade de “exceções” observada na classe dos substantivos. Para muitos substantivos em –o não existe contraparte feminina em uso (*mosquito, besouro, papagaio, lagarto* (*lagarta* é um inseto), *veado, camundongo*); em outros pares de nomes, a fêmea é designada por meio de um lexema que nenhuma regra é capaz de produzir (*homem / mulher, carneiro / ovelha, cavalo / égua* etc.);
- a flexão expressa a variação formal da **mesma** palavra (*feio / feia / feios / feias, saber / sei / sabendo / soubesse, leão / leões*). *Coelho* e *coelha* não são duas formas da mesma palavra, mas palavras lexicais distintas (MATHEWS, 1974; BECHARA, 1999). A atribuição de um gênero diferente a uma unidade lexical substantiva é uma forma de criar um novo substantivo, isto é, um processo de derivação;
- a criação e o emprego de certos nomes femininos (*chefa, sargenta, presidenta*), ou mesmo de certos nomes masculinos (*borboleteo, formigo, pulgo*, possíveis nas histórias infantis) são frequentemente encarados como opções pessoais ou escolhas estilísticas dos falantes, o que não acontece quando estamos diante de uma flexão regular.

Tratando dos aumentativos e diminutivos, Bechara esclarece mais sobre o conceito de flexão: “A flexão se processa de modo sistemático, coerente e obrigatório em toda uma classe homogênea, fato que não ocorre na derivação” (BECHARA, 1999: 140)

Eis os primeiros cem substantivos registrados no *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*, entre os quais só tem uma forma masculina e outra feminina (“abade” / “abadessa”), com exceção daqueles que são dicionarizados como substantivos e como adjetivos, evidenciando que a o gênero do substantivo não é formado por flexão:

² Veja que os dicionários registram, por exemplo: menino e menina, *pato* e pata, gato e gata, homem e mulher, mas não, por exemplo: pequena (feminino de pequeno).

a	abaçanamento	abácias
aabora	abacatada	abaciato
aachense	abacataia	abácida
aacheniano	abacatal	abacinamento
aal	abacate	abacisco
aaleniano	abacate-do-mato	abacista
aalenense	abacateiral	ábaco
aalênio	abacateiro	abacômita
aalense	abacaterana	abacomitato
aaquenense	abacatirana	abacômite
aaqueniano	abacatuiaia	abacondado
aardvark	abacatuia	abaconde
aardwolf	abacaxi	abacote
aariano	abacaxibirra	abactínea
aarônida	abacaxi-branco	abacto
aaronita	<i>abacaxicultor</i>	abactor
aaru	abacaxicultura	<i>abáculo</i>
ãatá	abacaxi-de-tingir	abacutaia
aavora	abacaxi-silvestre	abada
aba	abacaxizal	abadá
ababá	abacaxizeiro	aba-de-estrela
ababaia	abacé	abadágio
ababalhos	ábace	abadalassa
ababangai	abaceias	abadão
abá-baxé-de-ori	abacebilidade	abadavina
ababone	abacelabilidade	abade
ababoni	abacelamento	abadejo
ababuí	<i>abacenino</i>	<i>abadengo</i>
abaca	abacense	abadense
abacá	abaci	abadema
abaçá	abácia	abadessa
abacaí	abaciado	abadessado
abaçai	abaciamento	abadia
		abadianense

O mesmo gramático ainda lembra que “Todo substantivo está dotado de gênero, que, no português, se distribui entre o grupo do *masculino* e o grupo do *feminino*” (BECHARA, 1999: 131). Mas, logo no início da página seguinte dá uma informação que não é nova, mas revolucionária entre os gramáticos brasileiros: “Só que esta determinação genérica não se manifesta no substantivo da mesma maneira que está representada no adjetivo ou no pronome, por exemplo, isto é, pelo processo de flexão”.

Continuarei transcrevendo a *Gramática* do Bechara, que, além de ser autoridade respeitada entre os filólogos, linguistas e gramáticos de todo mundo ocidental, teve a coragem de enfrentar os

tradicionalistas para desmascarar essa farsa de flexão de gênero dos substantivos (BECHARA, 1999: 132-134):

Apesar de haver substantivos em que aparentemente se manifeste a distinção genérica pela flexão (*menino / menina, mestre / mestra, gato / gata*), a verdade é que a inclusão num ou noutro gênero depende direta e essencialmente da classe léxica dos substantivos e, como diz Herculano de Carvalho, “não é o fato de em português existirem duas palavras diferentes – *homem / mulher, pai / mãe, boi / vaca*, e ainda *filho / filha, lobo / loba* (das quais estas *não são* formas de uma flexão, mas palavras diferentes *tanto como* aquelas) – para significar o indivíduo macho e o indivíduo fêmea (duas espécies do mesmo “gênero”, em sentido lógico) que permite afirmar a existência das classes do masculino e do feminino, mas, sim, o fato de o adjetivo, o artigo, o pronome, etc., se apresentarem sob duas formas diversas exigidas respectivamente por cada um dos termos de aqueles pares opostos –, “este homem velho” / “esta mulher velha”, “o filho mais novo” / “a filha mais nova” –, formas que de fato constituem uma flexão”. (CARVALHO, [s/d.]: v. 9, s.v. *gênero*)

A aproximação da função cumulativa derivativa de *-a* como atualizador léxico e morfema categorial se manifesta tanto em *barca* de *barco*, *saca* de *saco*, *fruta* de *fruto*, *mata* de *mato*, *ribeira* de *ribeiro*, etc., quanto em *gata* de *gato*, porque dá “ao tema de que entra a fazer parta a capacidade de significar uma classe distinta de objetos, que em geral constituem uma espécie de gênero designado pelo tema primário” (CARVALHO, [s/d.]: 536 n. 38; [s/d.]: 21). É pacífica mesmo entre os que admitem o processo de flexão em *barco* → *barca* e *lobo* → *loba*, a informação de que a oposição masculino – feminino faz alusão a outros aspectos da realidade, diferentes da diversidade de sexo, e serve para distinguir os objetos substantivos por certas qualidades semânticas, pelas quais o masculino é uma forma geral, não-marcada semanticamente, enquanto o feminino expressa uma especialização qualquer:

barco / barca (= barco grande)
jarro / jarra (um tipo especial de jarro)
lobo / loba (fêmea do animal chamado lobo)

Esta aplicação semântica faz dos pares *barco / barca* e restantes da série acima não serem consideradas primariamente formas de uma flexão, mas palavras diferentes marcadas pelo processo de derivação. Esta função semântica está fora do domínio da flexão. A analogia material da flexão de gênero do adjetivo é que levou o gramático a pôr no mesmo plano *belo / bela* e *menino / menina*.

Este fato explica por que na manifestação do gênero no substantivo, entre outros processos, existe a indicação por meio de sufixo nominal: *conde / condessa, galo / galinha, ator / atriz, embaixador / embaixatriz*, etc.

Sem ser função precípua da morfologia do substantivo, a diferença

do sexo nos seres animados pode manifestar-se ou não com diferenças formais neles. Esta manifestação se realiza ou pela mudança de sufixo (como em *menino / menina, gato / gata*) – é a *moção* –, ou pelo recurso a palavras diferentes que apontam para cada um dos sexos – é a *heteronímia* (*homem / mulher, boi / vaca*). Na primeira série de pares, como já vimos na lição de Herculano de Carvalho, não temos formas de uma flexão, mas, nelas, como na segunda série de pares, estamos diante de palavras diferentes.

Quando não ocorre nenhum destes dois tipos de manifestação formal, ou o substantivo, com o seu gênero gramatical, se mostra indiferente à designação do sexo (*a criança, a pessoa, o cônjuge, a formiga, o tatu*) ou, ainda indiferente pela forma, se acompanha de adjuntos (artigos, adjetivos, pronomes ou numerais) com moção de gênero para indicar o sexo (*o artista, a artista, bom estudante, boa estudante*).

Inconsistência do gênero gramatical

A distinção do gênero nos substantivos não tem fundamentos racionais, exceto a tradição fixada pelo uso e pela norma; nada justifica serem, em português, masculinos *lápiz, papel e tinteiro* e femininos *caneta, folha e tinta*.

A inconsistência do gênero gramatical fica patente quando se compara a distribuição de gênero em duas ou mais línguas, e até no âmbito de uma mesma língua histórica na sua diversidade temporal, regional, social e estilística. Assim é que para nós o *sol* é masculino e para os alemães é feminino *die Sonne*, a *lua* é feminino e para eles masculino *das Mond*; enquanto o português *mulher* é feminino, em alemão é neutro *das Weib*. *Sal* e *leite* são masculinos em português e femininos em espanhol: *la sal* e *la leche*. *Sangue* é masculino em português e francês e feminino em espanhol: *le sang* (fr.) e *la sangre* (esp.).

Mesmo nos seres animados, as formas de masculino ou do feminino podem não determinar a diversidade de sexo, como ocorre com os substantivos chamados *epícenos* (aplicados a animais irracionais), cuja função semântica é só apontar para a espécie: *a cobra, a lebre, a formiga* ou *o tatu, o colibri, o jacaré*, ou os substantivos aplicados a pessoas, denominados *comuns de dois*, distinguidos pela concordância: *o / a estudante, este / esta consorte, reconhecido / reconhecida mártir*, ou ainda os substantivos de um só gênero denominados *sobrecomuns*, aplicados a pessoas, cuja referência a homem ou a mulher só se depreende pela referência anafórica do contexto: *o algoz, o carrasco, o cônjuge*.

A mudança de gênero

Aproximações semânticas entre palavras (sinônimos, antônimos), a influência de terminação, o contexto léxico em que a palavra funciona, e

a própria fantasia que moldura o universo do falante, tudo isto representa alguns dos fatores que determinam a mudança do gênero gramatical dos substantivos. Na variedade temporal da língua, do português antigo ao contemporâneo, muitos substantivos passaram a ter gêneros diferentes, alguns sem deixar vestígios, outros como *mar*, hoje masculino, onde o antigo gênero continua presente em *preamar* (*prea = plena, cheia*) e *baixa-mar*.

Já foram femininos *fim, planeta, cometa, mapa, tigre, fantasma*, entre muitos outros; já foram usados como masculinos: *árvore, tribo, catástrofe, hipérbole, linguagem, linhagem* (SAID ALI, [1931]: I, 65-70; DOMINGUES, 1932).

Voltando à argumentação contrária a nossa hipótese, transcrevo o tópico “Desinência de gênero ou sufixo?”, do Professor José Lemos Monteiro (2002: 87-87), ao qual farei alguns comentários em notas de pé de página:

Alguns autores entendem que o morfe [a], marcador do gênero feminino, se alista entre os sufixos derivacionais, quando o vocábulo for um substantivo. Nessa linha, Bechara (1999) parece defender a idéia de que inexistente o processo flexional na distinção entre os gêneros dos substantivos. E Azeredo (2000), acatando a mesma opinião, afirma que a análise do gênero como flexão, embora muito difundida e consolidada, precisa de uma reformulação. A rigor, segundo tais estudiosos, em **lobo** – **loba** tem-se uma derivação, desde que as formas do masculino e do feminino expressam significações inerentes diversas.

É evidente que, sendo a hipótese difundida por nomes consagrados como os de Bechara e Azeredo, não é para ser desprezada sem uma reflexão mais acurada. A favor dela há, entre outros, o argumento de que o morfe [a] não se aplica sistematicamente a todos os substantivos.³ Mas esse mesmo argumento poderia valer, por exemplo, para os chamados adjetivos uniformes (**doente, simples** etc.).⁴

Desse modo, o grande problema para a aceitação da proposta reside no fato de que, morficamente, o adjetivo tem sob esse aspecto o mesmo

³ Faço questão de lembrar ao Prezado Colega que (exceto os que são potencialmente substantivos e adjetivos) não se aplica o morfema de gênero ao substantivo.

⁴ É claro que o argumento não vale para os adjetivos uniformes, pois estes não mudam de significado como mudam os substantivos dos pares (masculinos / femininos) apresentados como sendo formas flexionadas da mesma palavra. Alguém pode achar que o substantivo menino indica o mesmo ser que o substantivo menina, aos quais só se identifique uma acomodação gramatical?

comportamento do substantivo.⁵ Como se pode entender que ambos são nomes, apenas diversificados quanto à função, afirmar que ocorre flexão, quando se trata de adjetivo, e derivação, quando o nome é substantivo, termina descaracterizando a flexão e a derivação como processos morfológicos. Se a coerência e a simplicidade são os princípios que devem nortear uma boa descrição, parece que tais princípios deixam de ser levados em conta, ao se admitir que o [a], embora seja desinência de gênero nos adjetivos, é sufixo derivacional nos substantivos.⁶

Além disso, há outros fatos complicadores. Conforme explica Azeredo (2000: 111), em vocábulos que são potencialmente substantivos e adjetivos (**faxineiro, embaixador, sabichão** etc.) “existem contrapartes femininas regularmente formadas por flexão”.⁷ Ora, a nosso ver, insistimos mais uma vez, substantivos e adjetivos não são classes de palavras, mas funções (Cf. o capítulo final “Classes e funções”), sendo pouco provável encontrar-se um critério capaz de predizer quando um nome funcio-

⁵ Engana novamente o Prezado Colega, pois o adjetivo se modifica para concordar com o substantivo a que se refere. E é nisto que consiste a principal diferença entre flexão e derivação, conforme informou o Prof. Bechara, no tópico acima transcrito. Substantivo algum se modifica para concordar com outro, como também já ficou mostrado.

⁶ Engana-se novamente o Prezado Colega, pois é muito mais incoerência ter de justificar a inexistência de flexão de gênero para mais de noventa por cento dos substantivos de qualquer lista não selecionada, recolhida em qualquer dicionário. É certo que uma boa descrição gramatical é aquela que admite o menor número possível de exceções. Por isto, talvez, melhor seria considerar o problema do gênero como uma situação de formas marcadas *versus* formas não marcadas, como propõe John W. Martin (2000: 65-69).

⁷ Eis a íntegra do tópico 220, de Azeredo (2000: 111):

220. “Devemos, entretanto, reconhecer que, para nomes derivados como *sabichão, beberão, trapalhão, francês, português, italiano, americano, cantor, professor, embaixador, verdureiro, faxineiro*, existem contrapartes femininas regularmente formadas por flexão (*sabichona, francesa, italiana, cantora, faxineira*). Explica-se esse fato, seja porque tais nomes são potencialmente substantivos e adjetivos, seja porque contêm ‘sufixos que se flexionam’. Com efeito, os sufixos de grau *-(z)ão* e *-(z)inho* variam em gênero. O sufixo *-ão* apresenta no feminino o alomorfe *-on(a)*. Isso explica a existência de formas tipicamente populares e coloquiais como *mulherona, bolsona, cinturona, volona, portona*, criados para recuperar o valor de ‘aumentativo’ de certo modo perdido pelas formas em *-ão*: *mulherão, bolsão, cinturão, bolão, portão*.

O sufixo *-(z)inho / -(z)inha* também se comporta como unidade autônoma em relação ao gênero. É ele, e não o substantivo como um todo, que se flexiona em nomes como *pontezinha* e *pelezinha*, já que os nomes *ponte* e *pele* são de tema em *-e*. O *-a* dos diminutivos *portinha, ruazinha, pontezinha* e *pelezinha* é desinência de gênero própria do sufixo. A regularidade da presença do *-a* nos substantivos femininos derivados por meio do sufixo aumentativo *ão*, e dos sufixos *-ês, -or* e *-eiro* também é uma prova de que esse *-a* é uma desinência de gênero anexa ao próprio sufixo (*sabichona, solteirona* (subst. ou adj.), *francesa* (subst. ou adj.), *burguesa* (subst. ou adj.), *escritora, perdedora, lavadora, leiteira, laranjeira, sapateira, banheira*).

na exclusivamente como adjetivo ou como substantivo.⁸ Os que se caracterizam preferencialmente como substantivos (**inteligência, beleza** etc.) em geral não admitem oposição de gênero, caso em que o [a] final, se presente, não é desinência nem muito menos sufixo derivacional.

Por outro lado, se entendermos que em pares do tipo **coelho** e **coelha** não se tem a mesma palavra, porém duas palavras distintas, o que dizer dos pronomes ou numerais que admitem a oposição de gênero? Os femininos **ela, toda, aquela, duas** etc. seriam também palavras distintas dos substantivos correspondentes?⁹

Por essas razões, parece prudente manter nesse ponto a tradição gramatical que considera a marca mórfica de gênero como um mecanismo flexional. Mas o assunto continua polêmico e merece novos estudos.¹⁰

Depois de esclarecer os fundamentos das formas que nos dão a ilusão de flexão de gênero dos nomes que são “potencialmente substantivos e adjetivos”, o Professor José Carlos Azeredo (2000:111-2):

Em todos os demais casos em que à distinção de gêneros não corresponde uma distinção sistemática de significados, como a oposição “macho / fêmea”, os substantivos, embora formados com base no mesmo radical, apresentam relações de significado bastante variáveis ou mesmo de sistematização impossível. Esses pares de substantivos podem ser distribuídos em dois grupos:

Grupo A: nomes que diferem no gênero e na forma: *balanço / balança, barco / barca, barraco / barraca, bicho / bicha, bolso / bolsa, braço / braça, caneco / caneca, cerco / cerca, cesto / cesta, cinto / cinta, cunho / cunha, encosto / encosta, espinho / espinha, fosso / fossa, fruto / fruta, grito / grita, horto / horta, jarro / jarra, lenho / lenha, madeiro / madeira, palmo / palma, poço / poça, ramo / rama, saco / saca, veio / veia.*

⁸ É claro que, para dissolver funcionalmente essa dúvida, basta considerar que o nome ambivalente é substantivo quando é o termo determinado e é adjetivo quando é determinante.

⁹ É óbvio, caros colegas, que os artigos, pronomes, numerais e adjetivos flexionam em gênero para concordarem com os termos determinados por eles, não carregando nenhuma diferença semântica, mas apenas a alteração de gênero gramatical.

¹⁰ Como está evidente, concordamos com o Ilustre Linguísta e Sócio Correspondente da Academia Brasileira de Filologia quanto a sua última frase, mas, para o bem da ciência linguística, lutaremos pelo reconhecimento de que os substantivos não flexionam em gênero, enfrentando essa tradição que não quis ver nem deixar que fosse vista uma realidade tão perfeitamente coberta que poucos se deram conta de tamanha inadequação.

Grupo B: nomes homônimos de gênero diverso: *o cabeça / a cabeça, o guarda / a guarda, o caixa / a caixa, o lente / a lente, o moral / a moral, o rádio / a rádio, o capital / a capital, o rosa (cor) / a rosa (flor), o cinza / a cinza, o violeta / a violeta, o guia / a guia.*

GÊNERO?

Como nos lembra John W. Martin (2000: 65), indo um pouco além do que propõe Bechara, “Se não fosse o fenômeno da concordância, não haveria por que falar em gênero para descrever adequadamente a língua”.¹¹

O que torna evidente em seu artigo é que os substantivos “marcantes”, que são os femininos, levam os seus determinantes para uma forma “marcada”. O que ocorre quando estão isolados ou em contextos “puros”. Em contextos “impuros” não há concordância. Ex.: Maria é alta. Maria e Joana são altas. Maria e Pedro são altos. Gostoso é estar de bem com o mundo. Melhor mesmo é ser feliz.

E conclui o articulista (MARTIN, 2000: 68-69):

O termo “feminino”, de significação tão francamente polar, faz sentido somente quando oposto a seu contrário, “masculino”, e este, vimos já, não tem justificativa numa gramática da língua portuguesa.

No lugar de “gênero”, então, fica o conceito de adjetivos¹² marcados ou não marcados. Os marcados correspondem aos “femininos” da gramática escolar, e aparecem somente quando o adjetivo está relacionado a um substantivo marcante. Os não marcados aparecem EM TODAS AS OUTRAS CIRCUNSTÂNCIAS, haja ou não um substantivo a eles relacionado. É este último fato que determina que o assunto não seja uma mera questiúncula terminológica, pois as conclusões dele decorrentes transformam dum modo essencial nossa maneira de encarar a categorização dos substantivos e o fenômeno da concordância adjetiva.

¹¹ Talvez fosse melhor partir da teoria do Prof. John W. Martin (2000) para evitar o que o Prof. José Lemos Monteiro disse sobre a coerência e a simplicidade como “princípios que devem nortear uma boa descrição”.

¹² O autor exemplifica e argumenta com adjetivos para defender sua tese, proposta para qualquer determinante nominal.

CONCLUINDO, PROVISORIAMENTE

Na mesma época em que publicávamos o artigo de John W. Martin, Azeredo publicava o livro acima referido, em que escreveu o seguinte nas páginas 108 a 109:

*Gênero é uma propriedade gramatical inerente aos substantivos e que serve para distribuí-los em dois grandes grupos: nomes masculinos (carneiro, porco, caderno, muro, caramelo, sol, dia, brilho, clarão) e nomes femininos (ovelha, porca, borracha, parede, bala, lua, noite, claridade, escuridão). Todo substantivo pertence, portanto, a um gênero, que ordinariamente vem indicado nos dicionários. O gênero é, de um modo geral, uma característica convencional dos substantivos historicamente fixada pelo uso. Iso explica por que alguns substantivos mudaram de gênero ao longo do tempo (fim e mar, que já foram femininos e hoje são masculinos) ou apresentam gêneros diferentes conforme a variedade de língua (grama (unidade de peso) e cal, cujos gêneros variam conforme os usos da língua: coloquial e informalmente diz-se e escreve-se *duzentas gramas*, *o cal é branco*, enquanto nos usos técnicos e formais prefere-se *duzentos gramas* e *a cal é branca*).*

Nos casos de *carneiro / ovelha* e *porco / porca*, o falante de português se vale da oposição de significados entre macho e fêmea para identificar corretamente o gênero desses substantivos. Pode-se, portanto, dizer que, nestes últimos exemplos, o gênero, que é uma classificação eminentemente gramatical, corresponde à – e é motivada pela – distinção de conteúdos lexicais. O mesmo não se pode dizer, contudo, dos demais exemplos. O gênero de *caderno, muro, caramelo, sol, dia* e *brilho* não tem qualquer fundamento além da convenção social; esse é também o caso de *borracha, parede, bala, lua* e *noite*. Quanto a *claridade* e *escuridão*, são femininos por força de uma regra morfológica – a que nos diz que são femininos todos os substantivos formados de adjetivos com acréscimo das terminações *-idade* e *-idão*

Como se vê, as verdades milenarmente estabelecidas também são dignas de revisões e de novas formulações, com base nas novas ciências que surgem a cada momento e, agora, com muito mais velocidade do que acontecia antes da globalização virtual dos conhecimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AULETE, Caldas. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. 5ª ed. (2ª ed. brasileira em 5 volumes). Rio de Janeiro: Delta, 1970.
- AZEREDO, José Carlos. *Fundamentos de gramática do português*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- BASÍLIO, Margarida et alii. Derivação, composição e flexão no português falado: condições de produção. In CASTILHO, Ataliba Teixeira de (org.). *Gramática do português falado*. Volume III: As abordagens. 3ª ed. Campinas: Unicamp, [2002], p. 363 -429.
- BASSETTO, Bruno Fregni. As vertentes greco-latinas de nossa nomenclatura gramatical. *Cadernos do CNLF*, vol. VII, n° 01. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2003, p. 63.
- BECHARA, Evanildo. *Gramática escolar da língua portuguesa*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
- . *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- BOTELHO, José Mario. *O gênero imanente do substantivo no português*. Rio de Janeiro: JMBotelho, 2005. (Série Acadêmica)
- CAMARA JR., J. Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- . *História da Lingüística*. Tradução de Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- CARVALHO, J. C. Herculano de. *Enciclopédia luso-brasileira de cultura*. Lisboa: Verbo, [s/d.]a.
- . *Teoria da linguagem*. I. Coimbra: Coimbra, 1983.
- . *Teoria da linguagem*. II. Coimbra: Coimbra, [s/d.]b.
- . *Estudos lingüísticos*. vol. III. Coimbra: Coimbra, [s/d.]c.
- DOMINGUES, Conde Pinheiro. Variação de gênero em português. **In** *Revista de cultura*. Petrópolis: Vozes, 1932.
- FARIA, Ernesto. *Fonética histórica do latim*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1955.

HENRIQUES, Claudio Cezar; SILVA, Ana Paula Araújo; ALVIM, Laila Maria Handam. Descrevendo o português: interpretações de morfologia e sintaxe. In HENRIQUES, Claudio Cezar (org.). *Linguagem, conhecimento e aplicação: estudos de língua e lingüística*. Rio de Janeiro: Europa, 2003, p. 113-126.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JURET, A. C. *Manuel de phonétique latine*. Paris, 1921.

MACEDO, Walmírio. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença, 1991.

MARTIN, John W. Gênero? *Revista Philologus*, ano 6, n° 16. Rio de Janeiro: CiFEFiL, jan./abr. 2000, p. 65-69.

MATHEWS, P. H. *Morphology: An Introduction to the Theory of Word-structure*. Cambridge? Cambridge - UP, 1974.

MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia portuguesa*. 4ª ed. rev. e ampl. Campinas: Pontes, 2002.

RIBEIRO, Manoel P. *Nova gramática aplicada da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Metáfora, 2002. [Já está na 14ª edição].

SAID ALI, Manuel. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, s/d. [1931].

SANDMANN, Antônio José. *Morfologia geral*. São Paulo: Contexto, 1997.

SILVA, José Pereira da. A inexistência da flexão de gênero nos substantivos da língua portuguesa. *Letras em foco*. Anais da II Semana de Letras e da VI Semana de Lingüística e Filologia. Tomo I: Língua, Lingüística e Filologia. São Gonçalo: DEL(UERJ) / CiFE-FiL, 2000, p. 9-27.

———. (org.). *A questão polêmica da flexão de gênero* (alguns textos básicos para sua discussão). Rio de Janeiro: 2004.

VILELA, Mário; KOCH, Ingedore Villaça. *Gramática da língua portuguesa: gramática da palavra, gramática da frase, gramática do texto/discurso*. [Coimbra]: Almedina, [2001].